



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682289 - PB (2021/0231540-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : MARIA DAS GRACAS DA SILVA
ADVOGADO : MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA - PB026028
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : ANDERSON SOARES MORAIS (PRESO)
CORRÉU : RONALDO ROBERTO DE PAIVA LOPES JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON SOARES MORAIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (Apelação Criminal n. 033.2010.003620-2/2).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Sustenta a impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a valoração negativa das circunstâncias judiciais da culpabilidade, conduta social, motivos, circunstâncias e consequências do crime, sendo devido o afastamento das vetoriais desfavoráveis.

Requer, liminarmente, o redimensionamento da pena-base para o mínimo legal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência